

Os métodos de ensino da educação pública brasileira: uma perspectiva escolar

Teaching methods in brazilian public education: a school perspective

Los métodos de enseñanza de la educación brasileña: una perspectiva escolar

Joilton Garcia do Amaral¹

Jéssica Mariana Rebouças de Paula²

Resumo: O âmbito educacional sofreu diversas mudanças ocasionadas por períodos como a revolução industrial, o modo de produção capitalista, a divisão dos homens em classes etc. Em consequência disso, surgiram leis direcionadas à educação, além de declarações nacionais e internacionais que visavam a sua melhoria, até chegar a ser direito fundamental garantido pelo Estado a todo cidadão. Tendo isso em vista, o objetivo geral deste trabalho é analisar os métodos de ensino de uma escola pública por meio da aplicação de um questionário. Como metodologia, desenvolvemos uma pesquisa com uma abordagem qualitativa e descritiva. Além disso, utilizamos a observação direta para a obtenção das informações presentes nos questionários aplicados na escola. Como resultados da análise, verificamos que as respostas dos voluntários demonstram semelhanças em muitos quesitos, visto que apontam a família como instrumento que contribui para a formação do estudante e que a função social da escola é formar cidadãos. Como conclusão, percebemos que há a necessidade da criação de instrumentos metodológicos voltados à concretização dos conhecimentos obtidos em sala de aula, para que a escola pública analisada possa operar de forma gradual e atualizada, inserindo instrumentos tecnológicos para a formação cognitiva, autônoma e profissional do aluno.

Palavras-chave: *Educação. Ensino. Organização escolar. Trabalho.*

Abstract: *The educational field has undergone several changes caused by periods such as the industrial revolution, the capitalist production mode, the division of men into classes, etc. With this, laws directed to education have arisen, as well as national and international declarations aiming at its improvement, until it became a fundamental right guaranteed by the State to every citizen. Therefore, our general objective is to analyze the teaching methods of a public school by means of a questionnaire. As methodology, we developed a research with a qualitative and descriptive approach. In addition, we used direct observation to obtain information from the questionnaires applied in the school. As a result of the analysis, we found similarities in the answers of the volunteers, since they point to the family as an instrument that contributes to the formation of the student and that the social function of the school is to form citizens. As a conclusion, we noticed the need to create methodological instruments aimed at the concretization of the knowledge obtained in the classroom, so that the public school analyzed can operate in a gradual and updated way, inserting technological instruments for the cognitive, autonomous and professional formation of the student.*

Keywords: *Education. Teaching. School organization. Work.*

1 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), joiltongarcia@hotmail.com.

2 Graduada em Letras Língua Espanhola e Respectivas Literaturas, Professora no Instituto Sonho Colorido, Mossoró, marianareboucas6@gmail.com.

Resumen: *El ámbito educacional sufrió diversos cambios ocasionados por períodos como la revolución industrial, el modo de producción capitalista, la división de los hombres en clases etc. A consecuencia de eso, surgieron leyes direccionadas a la educación, además de declaraciones nacionales e internacionales que visaban su mejoría, hasta volverse en derecho fundamental garantizado por el Estado a todo ciudadano. Con eso, el objetivo general de este trabajo es analizar los métodos de enseñanza de una escuela pública mediante un cuestionario. Como metodología, desarrollamos una investigación con un abordaje cualitativo y descriptivo. Además, utilizamos la observación directa para obtener las informaciones constantes en los cuestionarios aplicados en la escuela. Como resultados del análisis, verificamos que las respuestas de los voluntarios demuestran semejanzas en muchos aspectos, visto que apuntan la familia como instrumento que contribuye para la formación del estudiante y que la función social de la escuela es formar ciudadanos. Como conclusión, percibimos la necesidad de la creación de instrumentos metodológicos direccionados a la concretización de los conocimientos obtenidos en clase, para que la escuela pública analizada pueda operar de forma gradual y actualizada, añadiendo instrumentos tecnológicos para la formación cognitiva, autónoma y profesional del alumno.*

Palabras clave: *Educación. Enseñanza. Organización escolar. Trabajo.*

1 INTRODUÇÃO

O trabalho e a educação sempre caminharam juntos, desde os seus primórdios, estando relacionados à existência e a aprendizagem do homem. Com isso, após o surgimento da escola moderna, do transcurso da revolução industrial e do fim do modo de produção capitalista, houve a divisão dos homens em classes, ocasionando grandes mudanças na educação.

No decorrer dos anos, foram promovidas diversas políticas públicas direcionadas à educação, além de muitas leis criadas para sua melhoria, até chegar à forma como está sendo aplicada atualmente, na qual é posta como direito fundamental de cada cidadão.

Tendo em vista o exposto, como problemática, buscaremos responder à seguinte indagação: quais os métodos de ensino utilizados na escola em análise? Como hipótese, partimos do pressuposto de que o ensino tradicional de copiar e colar ainda prevalece nas escolas públicas, visto que os alunos aprendem o básico para terminar o ensino médio.

A partir desse apontamento, o objetivo principal deste trabalho é analisar os métodos de ensino de uma escola pública na cidade de Mossoró-RN. Para chegar ao pretendido, propomos outros objetivos específicos, tais como: 1- relacionar os métodos de ensino utilizados na escola com os estudos teóricos de autores que tratam dessa temática; 2- verificar os apontamentos dos colaboradores da escola acerca dos métodos de ensino escolar; 3- apontar as

possibilidades de melhorias dos métodos de ensino em contextos semelhantes.

Como metodologia, realizamos uma pesquisa qualitativa, com fins descritivos. Além disso, utilizamos a observação direta, que consistiu na aplicação de questionários a ser respondidos por três voluntários da escola, a fim de obter resultados acerca dos métodos de ensino dessa escola.

Como fundamentação teórica, baseamos em autores como Libâneo (2016, 2012), com seus aportes sobre o processo educacional brasileiro; Saviani (2007), com suas pesquisas relacionadas ao trabalho e à educação; além de Zotti (2006), com suas contribuições acerca da organização do ensino no Brasil.

Este artigo está dividido em quatro partes: a primeira, perpassamos a história da educação e do trabalho; a segunda, demonstramos a forma como está organizado o sistema de ensino brasileiro desde seus primórdios até os dias atuais; a terceira, expomos a metodologia utilizada; e, por fim, na última parte, apresentamos a análise dos questionários.

2 BREVE HISTÓRICO DA RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO

Trabalho e educação evoluíram juntos. Dada essa informação, Saviani (2007) considera esses conceitos como ações humanas nas quais o ser humano é responsável por executá-las. O autor afirma, ainda, que a característica essencial do homem é a racionalidade e, por isso, passa a assumir um caráter de ser

humano. No entanto, ele assume um caráter antes circunstancial que essencial quanto ao exercício do trabalho e da educação.

Sendo o trabalho o atributo que define o homem em sua totalidade, o instinto é considerado, diferentemente da inteligência, “uma das duas extremidades das duas principais linhas divergentes da evolução, ele é irreduzível à inteligência. Esta é adequada para lidar com a matéria inerte; o instinto dá-nos a chave das operações vitais” (SAVIANI, 2007, p. 153).

Desde o seu surgimento, o homem necessita ser produtor de sua própria vida para poder viver na natureza em que habita, de forma contrária aos animais, que já nascem prontos para adaptar-se à natureza na qual habita. Desse ponto de vista, o homem se torna homem na sua relação laboral, distingue-se dos demais, transforma-se no único ser com capacidade para dominar e modificar a natureza, além de produzir sua cultura (FRIGOTTO, 2006).

O homem transforma a natureza e a ajusta de acordo com suas carências. Isso se explica pelo que chamamos trabalho, pois, segundo Saviani (2007, p. 154), “a essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho”.

A partir desse contexto e tomado por uma visão antropológica do homo faber, Marx (2013, p. 29) afirma que há uma “relação do homem com a natureza por meio do trabalho e da humanização sob o aspecto de autocriação do homem no processo de transformação da natureza pelo trabalho”. Dessa forma, o trabalho é responsável por manter as relações produtivas e sociais do ser humano.

Tendo em vista o exposto, verifica-se uma relação de identidade entre o trabalho e a educação, uma vez que, no ato de produção, o homem produz a sua própria existência; no ato do trabalho, aprende a trabalhar; no ato de educar-se, educa ao próximo. Sendo assim, o ser humano não nasce homem, mas torna-se homem. Ele necessita produzir sua existência e aprender a realizar algo. Então, enquanto produz, forma-se homem mediante uma dinâmi-

ca de aprendizagem inconsciente. Contudo, a origem da educação é simultânea à produção do homem (SAVIANI, 2007).

Já que o trabalho define a essência humana, não há possibilidade para que o homem viva sem trabalho. A natureza não garante a existência do homem, mas ele deve fazer transformações e adequações de acordo a suas necessidades, do contrário, deixa de viver.

Dando continuidade, o avanço da sociedade e da produção promoveu a cisão do trabalho, além disso, conduziu à apropriação privada das terras, o que provocou a ruptura das comunidades primitivas vigentes àquela época, gerando a classe dos proprietários e a dos não-proprietários. Essa divisão demarca “as classes fundamentais do modo de produção capitalista e o eixo para entender as relações sociais de produção e a prática educacional que se dá no seu interior” (FRIGOTTO, 2006, p. 77).

Com isso, a divisão dos homens em classes provocou a divisão da educação. A primeira se dividiu em classe dominada (não-proprietária, direcionada aos escravos e serviçais); a segunda, dividida em classe dominante (proprietária, direcionada aos homens livres). Por conseguinte, esse modo de educação foi responsável por dar origem à escola, que era tida como o lugar de descanso, de tempo livre (SAVIANI, 2007).

A escola vem a surgir após a ruptura radical do modo de produção comunal. Por meio disso, devido à produção capitalista, o Estado será posto como ponto central a partir das mudanças ocasionadas na educação, formando uma noção “da escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória, cujas tentativas de realização passarão pelas mais diversas vicissitudes” (SAVIANI, 2007, p. 157).

Ante o exposto, há várias propostas, na maioria das vezes antagônicas, relacionadas à função que a escola deve exercer, desde um modelo tradicional até um contemporâneo, demonstrando um dualismo entre essas posições: de um lado estaria a escola direcionada à cognição, à aquisição e às tecnologias, direcionada aos filhos dos ricos; de outro, a escola voltada para os pobres – na qual haveria a

incorporação social dos mais vulneráveis –, ao acolhimento social (LIBÂNEO, 2012).

Com o desenvolvimento da sociedade de classes, a relação entre trabalho e educação é cessada, já que a determinação do processo de trabalho levou à caracterização da organização da escola separada da produção. Com isso, segundo Saviani (2007), essa ruptura ocasiona a divisão entre trabalho manual e intelectual. Em relação ao primeiro, há uma educação realizada de forma simultânea ao sistema de trabalho. Do ponto de vista intelectual, passa-se a haver uma educação escolar direcionada a um ensino com aspectos intelectuais.

Segundo Frigotto (2006), o processo escolar se baseia na produção de habilidades cognitivas que visem o desenvolvimento de atitudes em prol da geração de capacidade de trabalho e, em menor nível, de produção. Desse modo, a escola se torna uma ferramenta capitalista, uma vez que por meio dela há a realização da reprodução de valores, fundamentos e princípios econômicos de forma a garantir a manutenção da sociedade.

Após o advento do modo de produção capitalista, a relação de trabalho-educação passa por mais uma determinação. Nesta sociedade, o consumo era determinado pela troca e, por isso, era chamada de sociedade de mercado. Com isso, sua estrutura passa a ser pautada pelos laços sociais, ou seja, produzido pelos homens (SAVIANI, 2007). Em seguida a esses fatos, a escola passa a ser estabelecida como forma principal e dominante na educação.

O surgimento da Revolução Industrial reorganizou as relações sociais, com isso, importantes países assumiram o dever de estruturar modos nacionais de ensino, de forma a generalizar a escola básica. Além disso, gerou uma Revolução Educacional, visto que a escola passou a ocupar o papel principal e dominante da educação. Por último, essa Revolução foi responsável por desassociar a instrução do trabalho produtivo, fazendo com que a escola mantivesse uma relação com o processo de produção (SAVIANI, 2007).

Diante do exposto, observa-se que a educação possuía uma íntima relação com o trabalho, uma vez que em ambos havia uma forma

de ensinar, de aprender, de passar seu conhecimento para o próximo. Essa relação estava pautada por trocas sociais e produtivas, na qual quem aprendia também ensinava e vice-versa. Dessa maneira de se relacionar surgiu a escola, que era tida como um lugar de descanso.

Isto posto, tomando como base o que foi explanado, daremos continuidade à investigação, tratando, a seguir, sobre a organização do sistema de ensino no Brasil, desde os seus primórdios até a forma contemporânea.

3 ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO

No período da colonização, a escola elementar não tinha sentido para os trabalhadores, mas tão logo serviu de interesse para a articulação que havia entre as atividades da colônia e Portugal. Com isso, a educação jesuítica passou a ter como objetivo a espiritualidade e a escolaridade entre os que se faziam presentes, visando uma nação com uma unidade política, ademais de ser resultante de uma ideologia educacional da soberania jesuítica de Portugal, que era direcionada às altas classes sociais. O objetivo inicial dessa escola elementar era a catequização, sendo considerada essencial para o processo de colonização (SAVIANI, 2007).

Segundo Zotti (2006), os conteúdos dessa catequização eram relacionados as suas doutrinas, a sua espiritualidade e, também, aos seus preceitos morais. A autora ainda afirma que os missionários já tinham a crença de que essa prática se tornaria realidade, tendo em vista que eles imporiam às comunidades indígenas um projeto de colonização que fincasse raízes, com o objetivo de sistematizar os princípios culturais, morais e espirituais da civilização cristã e ocidental.

A segunda etapa da educação jesuítica foi destinada a formar altas classes sociais para que exercessem a liderança política e cultural na Colônia, focando nas orientações humanistas. O ensino se dava pela família, mas era reforçado na escola para os nobres, uma vez que não havia educação para os pobres, negros e ín-

dios. Nessa nova etapa, havia a necessidade de ensinar a classe dominante, criar um empreendimento da colônia, além de ter como função a formação de missionários (ZOTTI, 2006).

Tempos depois, as aulas régias substituíram o ensino jesuítico. Nele, o ensino elementar era organizado tendo em consideração as leituras e a escrita afim de que o aluno fosse capaz de prosseguir nas outras disciplinas (ZOTTI, 2006).

Após esse período, o Decreto Imperial, de 15 de outubro de 1827, foi a primeira lei a versar sobre a instrução elementar no Brasil, embora não tenha se efetivado na prática, o que demonstrou o desinteresse do Estado a esta forma de ensino. Essa falta de interesse foi atestada pela ausência de qualificação por parte dos professores, pela falta de inspeção e de um salário qualificado ao serviço que seria prestado (ZOTTI, 2006).

Ainda no Império, surge o Decreto n. 1.331 – A, de 1854, no qual “há o reforço da obrigatoriedade do ensino elementar e do princípio da gratuidade, a previsão de criação de classes para adultos, sendo vetado o acesso dos escravos ao ensino público” (ZOTTI, 2006, p.6), sendo organizado em ensino elementar, de 1º grau, e ensino superior, de 2º grau; entretanto, manteve-se limitado às aulas de cálculo, escrita e leitura.

Uma nova reforma ocorre em 1879, com o Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, no qual “estabelece a total liberdade de ensino primário e secundário no município da corte, a obrigatoriedade do ensino para ambos os sexos dos 7 aos 14 anos, e elimina a proibição de frequência de escravos” (ZOTTI, 2006, p. 7). No entanto, a organização da escola primária continua dividida em primeiro e segundo graus.

Durante a República, apenas o Decreto n. 981, de 8 de novembro de 1890, foi direcionado ao ensino primário. O objetivo do Decreto era estabelecer um currículo científico, suspendendo de vez o modo humanista clássico. Porém, no ensino primário, não houve mudanças. Nas outras reformas que ocorreram durante a República, contemplaram apenas o ensino elitizado do Império (ZOTTI, 2006).

Entre os anos de 1930 a 1964, houve um desenvolvimento industrial no Brasil e a educação se estendeu a um elevado número de indivíduos, tornando-se primordial para o avanço econômico, considerando a crescente urbanização do país (ZOTTI, 2006).

Com o Decreto n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946, intitulado de Lei Orgânica do Ensino Primário, foi instituído um ensino obrigatório e gratuito. De acordo com o Decreto, os objetivos do ensino primário eram formar e fortalecer a cognição total do aluno, ao invés de focar apenas nas práticas de leitura e escrita, além de ter sido dividido em fundamental e supletivo (ZOTTI, 2006).

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1961, veio regular o ensino, nacionalmente, em todos os níveis. Nela, houve maior flexibilidade do ensino primário em relação às leis anteriores, pois possuía o mesmo enfoque de ensino, porém, utilizava uma “metodologia tradicional e verbalista. A escola primária não tinha objetivo formador e canalizava todos os esforços para ensinar as técnicas elementares” (ZOTTI, 2006, p. 14).

A partir dessa normatização, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997, o Brasil foi convocado a participar da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, em 1990, juntamente com nove países. O encontro teve como principal pauta as necessidades básicas do ensino e aprendizagem para crianças, jovens e adultos. A partir dele, começou a ser pensado um novo tipo de escola, diferente da tradicional, baseada no acolhimento social e direcionada à interação entre indivíduos por meio de atividades socioeducativas com o objetivo de atender às diferenças sociais (LIBÂNEO, 2012).

Desse modo, não se trataria mais de uma escola que visasse apenas a aprendizagem, “mas de conceber uma escola que valorizará formas de organização das relações humanas nas quais prevaleçam a integração social, a convivência entre diferentes, o compartilhamento de culturas, o encontro e a solidariedade entre as pessoas” (LIBÂNEO, 2012, p. 17).

Uma das estratégias dessa declaração era atender às necessidades fundamentais de aprendizagem para todos, porém, essa visão ampliada, voltada para todos, passou a ser encolhida, voltada apenas para os mais pobres, sendo essa última visão adotada por alguns países durante o seu desenvolvimento. Além disso, a convenção conceituava aprendizagem como o ato de adquirir capacidades, condutas e comportamentos necessários à sobrevivência (LIBÂNEO, 2012).

Segundo os PCNs (BRASIL, 1997), após a conferência, o Ministério da Educação e do Desporto coordenou a fundação do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003). Este plano visa conceber um grupo de diretrizes políticas, em contínuo processo de transformação, direcionado à restauração de escolas fundamentais, como também a contínua avaliação dos sistemas escolares.

Tendo em vista esse cenário, O Plano Decenal, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, dá ao Estado a obrigação de “elaborar parâmetros claros no campo curricular capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório, de forma a adequá-lo aos ideais democráticos e à busca da melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras” (BRASIL, 1997, p.14).

Nesse sentido, em 20 de dezembro de 1996, é aprovada a nova LDB (Lei Federal n. 9.394). Essa legislação foi responsável pelo fortalecimento e pela expansão do compromisso do poder estatal em relação à educação, particularmente ao ensino fundamental (BRASIL, 1997).

A partir da LDB, especificamente no § 1º do Artigo 1º, é criado um documento chamado Base Curricular Comum Nacional (BNCC), que define o conjunto das competências essenciais que todo estudante de uma língua deve alcançar ao longo da carreira estudantil. As diretrizes dessa base (BRASIL, 2018) estão embasadas nos princípios éticos e estéticos da instrução integral do indivíduo com a finalidade de almejar a formação de uma sociedade inclusiva e igualitária.

É relevante pontuar que a BNCC (BRASIL, 2018) define competências como atividades

que concentram a cognição, o procedimento, as habilidades práticas e emocionais, assim como os valores e atitudes dos indivíduos. Essa concentração de aspectos possui como meta a preparação do sujeito para dirimir adversidades que venham a surgir na sociedade, na prática cidadã, assim como no ambiente laboral.

Voltando à LDB, a sociedade contemporânea toma como referência a organização do ensino fundamental, pois este assenta a educação no trabalho. Nesse modo de ensino, a relação entre trabalho e educação é dada de forma implícita e indireta, ou seja, o currículo escolar é orientado pelo trabalho. Já no ensino médio essa relação ocorre de maneira explícita e direta, pois há autonomia na aprendizagem quando relacionada ao processo de trabalho (SAVIANI, 2007).

Destarte, a organização do ensino médio deve satisfazer aos alunos quanto à competência dos fundamentos usados na produção, formando politécnicos. Já no ensino fundamental, há a necessidade da aprendizagem da leitura, da escrita, etc., além do conhecimento das ciências sociais e naturais (SAVIANI, 2007).

A formação de politécnicos, própria da organização do ensino médio, está relacionada à politecnia, que é a “especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna” (SAVIANI, 2007, p. 161). Neste caso, a educação de nível médio focará nas modalidades essenciais que dão suporte às técnicas de produção reais.

Já o ensino superior, destinado à formação profissional de universitários, serve de norte para os jovens que concluem a educação básica, já que eles devem optar ou pela carreira acadêmica ou pela vinculação ao processo produtivo do trabalho (SAVIANI, 2007).

Com o explicitado e após a Declaração de Jomtien, juntamente com a política do Banco Mundial, a escola passa a assumir dois papéis: um espaço de acolhimento e convivência social e outro de atendimento às necessidades mínimas de aprendizagem (LIBÂNEO, 2012).

Sendo assim, com esse novo modelo de escola, os conteúdos de aprendizagem passam

a ser compreendidos como habilidades mínimas para a sobrevivência e o trabalho; o rendimento escolar passa a ser medido por fatores quantitativos; o papel da escola passa a ser de socializador (LIBÂNEO, 2012).

Os documentos produzidos pelo Banco Mundial assumem um sentido de que a educação é utilizada para prevenir impasses que são resultantes da pobreza e da marginalização. Assim, o papel da escola e da aprendizagem seria o de solucionar problemas tanto sociais como econômicos (LIBÂNEO, 2016).

A forma de educação explicitada na LDB está subordinada a métodos econômicos e excludentes que visam a concentração de renda e um cidadão com baixo conhecimento cognitivo. Trata-se de “uma perspectiva de adestramento, acomodação, mesmo que se utilizem noções como as de educação polivalente e abstrata” (FRIGOTTO, 2001, p. 80).

Contudo, com todas essas mudanças, o que resta é uma escola voltada para os pobres com um modelo assistencialista e acolhedor, deixando de lado o direito ao conhecimento e à aprendizagem, visando apenas uma aprendizagem mínima para a sobrevivência.

Como consequência, segundo Libâneo (2012, p. 24), os atingidos por essas políticas são os alunos de famílias pobres e os professores, uma vez que apenas lhes foi oferecido uma escola despojada de conteúdo, visando apenas o atendimento social. Ainda segundo o autor, nesse modo de educação, a escola assume um papel de passar os conhecimentos básicos aos alunos como uma maneira de acelerar sua formação e, com isso, torná-lo apto para o trabalho. Os conteúdos ministrados eram mínimos, desvalorizando, assim, a formação do professor, a didática de ensino da escola, além do respeito à docência.

Segundo Libâneo (2016, p. 46), “ao centrar a educação na satisfação de necessidades básicas de aprendizagem, reconhece-se nela o papel de interferir na redução da pobreza por meio de conhecimentos úteis e avaliação de resultados”. O autor afirma, ainda, que a educação fundamental passa a ser um elemento indispensável nas mudanças ocasionadas e dirigidas aos mais pobres.

Tendo em vista o que foi exposto nesta seção, o sistema curricular do ensino primário, na diacronia da educação brasileira, foi constituído e transformado pelo prisma das classes dominantes, que visavam os interesses políticos e econômicos da época a qual pertenciam. Até meados das décadas iniciais da República, esse ensino era limitado e não possuía políticas públicas direcionadas ao acesso da classe trabalhadora, visto que era centrado no ensino da classe com alto poder econômico. Além disso, seu ensino se dava no âmbito familiar e apenas o ensino secundário e superior era tido como prioridade (ZOTTI, 2006).

Atualmente, as políticas educacionais têm fundamento nas instruções internacionais que as guiaram nos últimos anos, estando externalizadas às políticas de controle da pobreza, tendo a escola “centrada em conhecimentos práticos, habilidades e maneiras de fazer, visando a empregabilidade precária para os que vivem somente do trabalho” (LIBÂNEO, 2016, p. 50).

E com a nova proposta do Ministério da Educação (MEC), que propõe uma educação de jornada integral, a escola passa a assumir funções atípicas, como de assistencialismo e acolhimento, passando a ocupar um lugar de integração social, não mais apresentando o efetivo desenvolvimento do pensamento. Contudo, uma escola de qualidade deve ser aquela que proporcione uma educação condizente para que os alunos adquiram o conhecimento, desenvolvam sua personalidade e suas competências intelectuais (LIBÂNEO, 2016).

Como vimos, a escola elementar sofreu diversas mudanças. Com o decurso dos anos, passou a ser pautada pelas relações sociais, longe do modo tradicional, porém, essa melhoria foi reduzida pelo fato de ser direcionada ao acolhimento dos mais pobres. No entanto, para que uma escola seja considerada de qualidade, ela deve possibilitar a evolução cognitiva do aluno, levando-se em consideração seus aspectos culturais, sociais e individuais, não apenas um lugar de acolhimento social (LIBÂNEO, 2016).

A seguir, apresentaremos a metodologia adotada para a elaboração desta pesquisa e, em seguida, discutiremos sobre a análise dos

questionários aplicados de modo a confrontar os métodos de ensino da escola analisada com os estudos até aqui elucidados.

4 METODOLOGIA

Nesta seção, abordamos, primeiramente, a classificação da pesquisa e, em seguida, apresentamos o corpus e o procedimento da investigação.

4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à abordagem, nossa pesquisa classifica-se como qualitativa, visto que detalhamos as respostas coletadas nos questionários aplicados aos funcionários da escola em análise. Dessa forma, segundo Richardson (2012, p. 90), esse tipo de pesquisa “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados”.

O autor ainda afirma que essa pesquisa descreve suficientemente os distintos modos de consciência, sem a necessidade de explicar o seu desenvolvimento; compreende a essência de um fato social e os variados processos vivenciados na interação em sociedade, além de analisar as nuances dos comportamentos de determinados indivíduos.

A utilização de um método qualitativo permite averiguar os efeitos dos questionários e amplificar os dados obtidos. Na elaboração de uma pesquisa, o uso de um questionário auxilia na coleta de dados, possibilitando uma coleta com respostas mais objetivas (RICHARDSON, 2012).

No tocante aos questionários, eles possuem ao menos duas funções: apresentar os aspectos e expor as variáveis de um dado grupo social (RICHARDSON, 2012, p. 189).

Quanto ao tipo de pergunta, os questionários podem ser divididos em perguntas fechadas, perguntas abertas e os que combinam perguntas abertas e fechadas. O tipo utilizado nesta pesquisa foi o questionário de perguntas abertas, sendo caracterizado “por perguntas ou afirmações que levam o entrevistado a

responder com frases ou orações” (RICHARDSON, 2012, p. 192).

Assim como qualquer ferramenta de pesquisa, há vantagens e limitações na aplicação de um questionário. Como vantagem, apresenta a possibilidade de coletar um elevado número de dados; como desvantagem, pode-se não obter 100% das respostas, o que, de certa forma, pode afetar na qualidade e quantidade dos dados obtidos (RICHARDSON, 2012).

Nossa investigação classifica-se, ainda, como descritiva, que, segundo Gil (1999, p. 44), são pesquisas que objetivam “levantar as opiniões, atitudes e crenças” de um indivíduo ou de uma comunidade em geral. Dessa forma, está assim classificada, uma vez que apresentamos as respostas coletadas dos questionários e os pontos de vista de cada entrevistado.

4.2 CORPUS E PROCEDIMENTO DA PESQUISA

Como corpus, utilizamos um questionário contendo perguntas relacionadas aos métodos de ensino utilizados pelos professores na escola pública municipal em análise, além disso, julgamos importante a elaboração de perguntas que versem sobre as características da escola de forma holística.

Sendo assim, por meio da observação direta, aplicamos questionários a três voluntários atuantes na escola escolhida, localizada no município de Mossoró-RN, sendo direcionada ao ensino fundamental I e II.

Elegemos uma escola no município de Mossoró-RN pelo motivo de ambos autores desta presente investigação residirem e estudarem na cidade. Dessa forma, houve uma maior facilidade para a aplicação dos questionários. No tocante à escola na qual o aplicamos, justificou-se pelo motivo de um dos autores haver atuado nela em um estágio não-obrigatório. No quesito ao número de entrevistados, julgamos pertinente para a elaboração deste estudo apenas três: diretor, supervisor e um professor. Escolhemos esses três voluntários com o intuito de colher informações gerais e variadas, tendo em vista que eles trabalham a partir de perspectivas distintas.

Para o desenvolvimento do questionário, selecionamos perguntas que versassem sobre os seguintes aspectos: formação dos colaboradores que participaram da pesquisa; forma de ensino da escola; função social da escola; os instrumentos ou espaços que contribuem para a aprendizagem dos alunos; a relação existente entre a educação escolar e a dada fora de sala de aula; características presentes no trabalho; e, por fim, as características da escola pública relativas à metodologia de ensino, aos conteúdos e a sua função enquanto escola.

Como procedimento da pesquisa, primeiramente, aplicamos um questionário a três funcionários da escola em análise, com vistas a coletar informações sobre a forma de ensino escolar; como segundo passo, verificamos os questionamentos dos colaboradores da escola acerca dos métodos de ensino escolar – tendo em vista todas as respostas dadas –, ademais de relacioná-los com os estudos de autores que tratam da temática; como terceiro passo, apresentamos os métodos de ensino utilizados na escola; por fim, apontamos as possibilidades de melhorias dos métodos de ensino em contextos semelhantes.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Ao construir este trabalho, foi necessária a aplicação de questionários em uma escola pública municipal, na cidade de Mossoró-RN, com o intuito de coletar dados acerca dos métodos de ensino dessa escola, de forma a atender ao objetivo geral de nossa pesquisa. Tais questionários foram aplicados a três colaboradores, sendo eles: diretor, supervisor e professor. Por motivos éticos, não são apresentados os nomes dos participantes, tampouco da escola. Vale salientar, ainda, que os questionários foram aplicados somente após o devido consentimento dos participantes da pesquisa. Dado isso, discutiremos acerca dos questionários a seguir.

Como primeira questão, perguntamos sobre a formação do participante e o ano de conclusão. Das respostas, verificamos que o voluntário 1 é formado em pedagogia, tendo concluído em 1992; o voluntário 2 também possui formação em pedagogia, porém não

informou o ano de conclusão; o voluntário 3 possui formação em Letras, sem especificar a habilitação, com conclusão em 2011.

Na segunda pergunta, buscamos saber a opinião dos participantes em relação à função social da escola. Como respostas, todos disseram que a escola tem como função formar cidadãos, apresentando diferenças apenas nas informações adicionais: para o voluntário 1, formar cidadãos conscientes e atuantes, conhecedores dos seus direitos e deveres; para o voluntário 2, formar cidadãos conscientes de seus direitos e cumpridores de seus deveres; para o voluntário 3, formar cidadãos críticos e reflexivos para atuarem nas mais diversas práticas sociais.

Com relação a esse segundo questionamento, podemos perceber que o discurso apresentado pelos entrevistados está de comum acordo com a BNCC, uma vez que, o documento responsabiliza a escola pela formação dos alunos em “sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis” (BRASIL, 2018, p. 463). Dessa forma, almeja-se que os cidadãos tomem suas próprias decisões tendo em vista os conflitos econômicos, ambientais e sociais que surgem na sociedade na qual eles vivem.

Como terceira questão, perguntamos quais os instrumentos/espaços que contribuem para a educação do indivíduo, além da escola. O voluntário 1 afirma que é a família; o voluntário 2, a família, a igreja e seu grupo de amigos; o voluntário 3, a família, pois constitui o instrumento basilar para a formação sócio-histórica e política do indivíduo.

Do ponto de vista geral dos voluntários, a família é a base que serve de instrumento para a aprendizagem do aluno. Com isso, de acordo com a orientação dada por Libâneo (2012, p. 24) há a necessidade de valorização de “experiências socioculturais vividas em situações educativas (cultivo da diversidade, práticas de compartilhamento sociocultural, ênfase no cotidiano etc.)”, isto é, toda experiência de mundo deve ser levada em consideração no âmbito da aprendizagem para que, dessa forma, o educador tenha ferramentas que auxiliem o aluno na construção de pensamentos e na compreensão da realidade.

Na quarta pergunta, perguntamos qual a relação entre educação escolar e a educação fora da escola. Para o voluntário 1, a educação escolar se dá por meio da sistematização dos conhecimentos/informações adquiridos dentro ou fora da escola, já a educação fora da escola ocorre informalmente; para o voluntário 2, é a formalidade e a organização de currículos; para o voluntário 3, a escola é um ambiente de sistematização do conhecimento, considerando que o conhecimento e aperfeiçoamento do aluno se relacionam com os valores representativos de uma sociedade justa e igualitária.

Do ponto de vista do comentário do voluntário 3, o ambiente escolar deve subsidiar a construção de pensamento do aluno para que ele se torne o protagonista de sua aprendizagem, dessa forma, o pedagogo funciona como o guia que concede ferramentas e que o auxilia na jornada da aprendizagem.

Essa colocação concorda diretamente com as reflexões de Libâneo (2012) quando o autor nomeia algumas orientações pedagógicas no âmbito progressista da educação. Uma dessas orientações é utilizar os saberes sistematizados, nos quais o aluno já tem domínio, como referência para o desenvolvimento cognitivo e formação de caráter. Dessa forma, o aluno terá domínio do seu próprio saber, mediado pelo professor.

Dando continuidade, dividimos a quinta questão em três partes. Nelas, os voluntários teriam que apresentar características do/no trabalho docente correspondentes a pontos que identificamos como A, B e C, a saber: A- prática pedagógica tradicional; B- prática voltada para a pesquisa; C- reflexão crítica e construção do conhecimento.

No tocante ao ponto A, o voluntário 1 citou a cópia, afirmando que a considera positiva e que ainda surte efeito; o voluntário 2, a arrumação da sala e centralização do saber; o voluntário 3, leitura como decodificação.

Em relação ao ponto B, o voluntário 1 citou a utilização do celular como ferramenta de pesquisa; o voluntário 2, as feiras de ciência; o voluntário 3, estudo sobre as práticas sociais de sua comunidade e o reflexo dessas em sua formação cidadã.

Já no que diz respeito ao ponto C, o voluntário 1 reflexiona que quando o professor conduz o aluno a fazer descobertas sozinho, sem apresentar soluções óbvias, instiga-o a buscar novas coisas por meio de questionamentos; o voluntário 2 reflexiona que a educação muda o homem e este muda a sociedade; já o voluntário 3 cita o trabalho voltado para a exploração dos aspectos cognitivos e metacognitivos no quais o aluno pode compreender como abstrai conhecimentos.

A resposta do voluntário 1, no ponto A, não está em consonância com o que diz Libâneo (2012), já que, para o autor, não se deve conservar uma escola baseada apenas na memorização de conteúdo, mas sim naquela que valore aspectos humanitários e “formas de organização das relações humanas nas quais prevaleçam a integração social, a convivência entre diferentes, o compartilhamento de culturas, o encontro e a solidariedade entre as pessoas” (LIBÂNEO, 2012, p. 17).

O autor ainda destaca que a Declaração Mundial sobre Educação para Todos enfatizava que a função social da escola estava voltada para “a socialização e a convivência social, colocando em segundo plano a aprendizagem dos conteúdos” (LIBÂNEO, 2012, p. 22).

Como última questão do questionário, elaboramos um quadro com perguntas acerca de como se caracteriza a escola pública analisada. Antes de apresentar as respostas, informamos que o voluntário 2 ou não prestou atenção às perguntas ou não quis responder às indagações. Esse dado coaduna com Richardson (2012), visto que ele apresenta como uma limitação da aplicação do questionário o fato de que, muitas vezes, não alcançamos 100% das respostas, o que pode, de algum modo, afetar o resultado da pesquisa.

Nesse caso em específico, era uma pergunta que se desdobrava em várias outras e que apresentava relevância para a pesquisa, posto que versava sobre características da escola analisada como: sua função, os conteúdos e a metodologia utilizados. Além disso, eles teriam que apresentar uma perspectiva enquanto aluno e enquanto professor.

Diante do exposto, para um melhor entendimento, apresentamos, no quadro a seguir, as respostas dadas pelos voluntários 1 e 3.

Quadro 1 – Caracterização da escola pública

Características da escola quanto...	Mudanças e permanências	
	Enquanto estudante	Atualmente, enquanto pedagogo(a)
A sua função.	Voluntário 1: permanece igual. Voluntário 3: ambiente de aprendizagem.	Voluntário 1: permanece a mesma. Voluntário 3: transformadora de uma realidade complexa.
Aos conteúdos ministrados.	Voluntário 1: mudanças. Voluntário 3: assimilação.	Voluntário 1: ampliados devido às mudanças/BNCC. Voluntário 3: ferramentas que orientam a compreender a realidade.
Às metodologias de ensino.	Voluntário 1: tradicional. Voluntário 3: exposição de conteúdo.	Voluntário 1: inovações devido às mudanças, recursos e tecnologias. Voluntário 3: metodologias ativas que levem o aluno a se tornar protagonista do ensino.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

O voluntário 1 afirma que a função dessa escola permanece a mesma se comparada a como era no passado, tanto em relação aos estudantes, quanto aos pedagogos. No que diz respeito à metodologia utilizada, quanto ao estudante, cita o ensino tradicional. Com relação a esse ensino, segundo Libâneo (2012, p. 17), a escola que o oferece “está restrita a espaços e tempos precisos, sendo incapaz de adaptar-se a novos contextos e a diferentes momentos e de oferecer um conhecimento para toda a vida, operacional e prático”.

Todavia, esta não é a escola que buscamos, pois, de acordo com Libâneo (2012), necessitamos de uma escola pautada nas relações humanas que prevaleçam a integração social, a convivência com o outro e a troca de experiências culturais, isto é, um lugar que proporciona condições cognitivas, intelectuais e sociais.

Em suma, levando-se em consideração as opiniões dos voluntários quanto ao ensino tradicional, percebe-se uma ligação com o que é afirmado por Zotti (2006), quando diz que o currículo era centrado na aprendizagem das habilidades de ler e escrever; a metodologia adotada era a tradicional; e que a escola primária ensinava o mínimo possível.

No decorrer dos anos, os objetivos do ensino primário estavam direcionados ao contexto econômico e político e à função que a educação desempenharia em sua realidade. Com isso, o pensamento, a produção intelectual, a educação (suas leis, seus objetivos e sua organização), surgem como resultado do comportamento material dos homens em sociedade, condicionados pelo desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde (ZOTTI, 2006, p 23).

Do ponto de vista geral da análise, verificamos que os voluntários tratam a escola (não somente a analisada) como um espaço de desenvolvimento cognitivo, psicológico e pessoal, no qual o estudante é protagonista do seu próprio saber, e o professor, o intermediador que auxilia no acesso ao conhecimento.

Em relação à opinião do voluntário 3 quanto à metodologia de ensino, ele diz que o aluno deve se tornar o protagonista no processo de ensino. Desse modo, sua opinião está de acordo com a BNCC, uma vez que a base afirma que a escola deve proporcionar ao aluno o protagonismo no seu processo de aprendizagem, de forma a potencializar suas habilidades cognitivas.

Do ponto de vista dos PCNs (BRASIL, 1997), quanto ao papel do professor, a posição dos

voluntários está correta, uma vez que é orientado que se deve reconhecer a importância da intervenção do professor para o ensino e aprendizagem do conteúdo, pois o processo de ensino é posto em etapas nas quais o educador, como intermediador, terá a função de reorganizá-las. Dessa forma, o conhecimento do aluno passa a ser inserido na sua própria formação, em um contexto totalmente dinâmico e interativo.

Mediante o exposto na análise, conforme Bastos (2017), para que a escola funcione adequadamente, é necessário que haja investimentos do Estado na educação, com melhorias de ferramentas e materiais didáticos, a infraestrutura das escolas, cursos de capacitação dos professores, dentre outros aspectos. Com isso, os professores se sentirão motivados pedagogicamente e a escola apresentará resultados mais significativos no tocante ao desenvolvimento do seu ensino. Além disso, ainda segundo o autor, a ausência de investimento em educação pública faz com que haja um maior índice de pobreza, de desemprego e da consequente marginalização.

Esse pensamento coaduna com um estudo desenvolvido por Mantovani e Nicodem (2013) acerca da didática implementada em algumas escolas públicas de dois municípios do estado do Paraná, uma vez que os autores verificaram que a falta de infraestrutura adequada nas escolas analisadas afeta a aprendizagem dos alunos, assim como a despreparação dos professores em sala de aula.

Consequentemente, é de suma importância a implementação de cursos que capacitem esses docentes para ministrar suas aulas com maior eficiência. Ainda na mencionada pesquisa, Mantovani e Nicodem (2013) averiguaram que além do despreparo, há a presença do desinteresse e do autoritarismo dos professores, fazendo com que os alunos se sintam desmotivados e não prestem atenção ao conteúdo que está sendo ministrado.

Dando continuidade ao final da nossa análise, de forma geral, através da coleta das informações presentes nos questionários, foi observado que as opiniões dos voluntários são semelhantes em muitos aspectos, como, por

exemplo, no que diz respeito à função social da escola de modo geral, visto que responderam que sua função é formar cidadãos; apontam a família como instrumento que contribui para a formação do estudante; além disso, consideram que o aluno deve desenvolver seu conhecimento cognitivo, sendo protagonista de sua aprendizagem, desde que tenha o auxílio do professor.

6 CONCLUSÃO

Foi observado, a partir dos questionamentos e do embasamento teórico, que, de forma geral, durante os últimos anos, o ensino seguiu com a mesma abordagem e forma de aprendizagem tradicional. Logo, baseado nos dados apresentados nos questionários aplicados na escola que analisamos, verificamos que continua existindo esse ensino tradicional voltado para o copiar e colar, desmitificando, segundo Libâneo (2014) o papel do aluno, do professor e da escola. Com isso, respondemos a problemática inicial que guiou nosso estudo investigativo.

Quando a escola passa a ser reconhecida como um ambiente de crescimento, transformação e integralização social, assim como cita Zotti (2006), novas metodologias de ensino tomam lugar das velhas práticas pedagógicas, nas quais o aluno era tido como sujeito não formador.

Com o auxílio das pesquisas citadas nesta investigação, que estão desenvolvidas no campo da educação, verificamos que muitos tabus e práticas antigas foram abolidos do ensino. A ideia de que o professor era o detentor do saber e o aluno o interlocutor que não pensa, já são considerados ideias arcaicas. Sendo assim, a escola, de forma geral, é considerada um ambiente de formação pessoal e profissional no qual o professor é o mentor que caminhará junto com o aluno em busca de autoconhecimento, sendo o aluno o protagonista das suas próprias conquistas.

Entretanto, podemos perceber, a partir da análise realizada, em alguns aspectos, que ainda existem alguns resquícios da educação capitalista no sistema educativo da referida escola

na qual aplicamos os questionários. A falta de investimentos em tecnologia e de pesquisas no âmbito do ensino fundamental são alguns dos aparatos responsáveis por este cenário. Para que essa perspectiva seja mudada, como apontado por Bastos (2017), é necessário investimento do Estado em aspectos que alavanquem o sistema educativo brasileiro, como capacitação dos docentes, melhorias na infraestrutura escolar etc.

Portanto, ainda é necessário que haja novos estudos a respeito de instrumentos metodológicos no ensino que visem a integralização e a concretização dos conhecimentos obtidos em sala de aula. Logo, com essas implementações, a escola analisada, localizada no município de Mossoró-RN, poderá operar de forma gradual e atualizada, visto que as tecnologias de ensino estão em constante desenvolvimento, no que se refere à formação cognitiva, autônoma e profissional do aluno. Portanto, mudará seu escopo e deixará de ser um espaço de acolhimento social, cujo objetivo é atender às necessidades mínimas de aprendizagem dos alunos.

Por fim, esperamos que este trabalho sirva de ímpeto para que sejam desenvolvidas pesquisas no âmbito dos métodos de ensino da educação brasileira em todas as regiões do país, de forma que possamos averiguar se apresentam perspectivas alinhadas ao que verificamos em nossa investigação ou mais bem desenvolvidas.

Além disso, almejamos que contribua para que professores adotem novos métodos de ensino eficazes, longe da ideia de copiar e colar ou de ensinar apenas o básico para que o estudante termine o ensino médio. Logo, o ideal é que os docentes formem cidadãos com mentes atuantes para enfrentar todos os tipos de adversidades. Por fim, almejamos que, a partir do que apresentamos, os educadores sejam capazes de implementar metodologias que instiguem os alunos a buscar conhecimento para que sejam capazes de seguir seus estudos de maneira autônoma.

REFERÊNCIAS

ABASTOS, M. de J. Análise do Contexto da Educação Brasileira. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, n. 01, v. 14, p. 47-54, 2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/analise-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 30 jul. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 30 jul. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v.19, n.1, p. 71-87, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463/7770>. Acesso em: 30 jul. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, Atlas, 2002.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

_____. **Políticas Educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar**. Cadernos de Pesquisa, v. 46, n. 159, p. 38-62, jan./mar. 2016.

MANTOVANI, D.; NICODEM, M. F. M. Educação pública e a metodologia de ensino. **Revista Ceresum Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v.18, n.2, p. 275-286, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/1881>. Acesso em 02 nov. 2022. Acesso em: 30 jul. 2021.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf. Acesso em 30 julho 2021.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. 14. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

SAVIANI, D. **Trabalho e Educação**: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

ZOTTI, S. A. Organização do ensino primário no Brasil: uma leitura da história do currículo oficial. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org). **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas: Grafia Faculdade de Educação. 2006, p.1-27. CD-ROM.

Recebido em 01 de março de 2022
Aceito em 07 de dezembro de 2022